

Maratona Fiscal ISS – Língua portuguesa

Atenção: As questões 1 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Da impunidade

O homem ainda não encontrou uma forma de organização social que dispense regras de conduta, princípios de valor, discriminação objetiva de direitos e deveres comuns.

*Todos nós reconhecemos que, em qualquer atividade humana, a inexistência de parâmetros normativos implica o estado de barbárie, no qual prevalece a mais dura e irracional das justificativas: a lei do mais forte, também conhecida, não por acaso, como “a lei da selva”. É nessa condição que vivem os animais, relacionando-se sob o exclusivo impulso dos instintos. Mas o **homo sapiens** afirmou-se como tal exatamente quando estabeleceu critérios de controle dos impulsos primitivos.*

*Variando de cultura para cultura, as regras de convívio existem para dar base e estabilidade às relações entre os homens. Não decorrem, aliás, apenas de iniciativas reconhecidas simplesmente como humanas: podem apresentar-se como manifestações da vontade divina, como valores supremos, por vezes apresentados como eternos. Os dez mandamentos ditados por Deus a Moisés são um exemplo claro de que a religião toma para si a tarefa de orientar a conduta humana por meio de princípios fundamentais. No caso da lei mosaica, um desses princípios é o da **interdição**: “**Não** matarás”, “**Não** cobiçarás a mulher do próximo” etc. Ou seja: está suposto nesses mandamentos que o ponto de partida para a boa conduta é o reconhecimento daquilo que **não** pode ser permitido, daquilo que representa o limite de nossa vontade e de nossas ações.*

Nas sociedades modernas, os textos constitucionais e os regulamentos de todo tipo multiplicam-se e sofisticam-se, mas permanece como sustentação delas a idéia de que os direitos e os deveres dizem respeito a todos e têm por finalidade o bem comum. Para garantia do cumprimento dos princípios, instituem-se as sanções para quem os ignore. A penalidade aplicada ao indivíduo transgressor é a garantia da validade social da norma transgredida. Por isso, a impunidade, uma vez manifesta, quebra inteiramente a relação de equilíbrio entre direitos e deveres comuns, e passa a constituir um exemplo de delito vantajoso: aquele em que o sujeito pode tirar proveito pessoal de uma regra exatamente por tê-la infringido. Abuso de poder, corrupção, tráfico de influências, quando não seguidos de punição exemplar, tornam-se estímulos para uma prática delituosa generalizada. Um dos maiores desafios da nossa sociedade é o de não permitir a proliferação desses casos. Se o ideal da civilização é permitir que todos os indivíduos vivam e convivam sob os mesmos princípios éticos acordados, a quebra desse acordo é a negação mesma desse ideal da humanidade.

(Inácio Leal Pontes)

1. Regras de convívio e parâmetros normativos das atividades humanas são considerados, no texto,

(A) valores inerentes aos sistemas políticos cuja autoridade se manifesta pelo emprego indiscriminado da força.

- (B) elementos indispensáveis à conduta civilizada e a toda organização social orientada pelo princípio do bem comum.
- (C) qualidades naturais de todo indivíduo que se preocupa em conviver com os demais segundo sua própria índole.
- (D) elementos definidores de toda e qualquer forma de organização social comandada pelo princípio da repressão.
- (E) valores prioritários das relações sociais cuja base ética se manifesta consoante os impulsos da ordem natural.

2. São contraditórias entre si as duas situações representadas em:

- (A) obediência aos ditames da lei mosaica / acatamento do princípio da interdição.
- (B) elaboração de textos constitucionais / instituição de sanções inibitórias para os delitos.
- (C) estabilização das relações entre os homens / aplicação de princípios éticos comuns.
- (D) valorização de princípios socialmente acordados / exaltação dos impulsos individuais.
- (E) manifestações da vontade divina / eleição de valores acolhidos como eternos.

3. Considere as seguintes afirmações:

- I. Quando o homem se compara aos demais seres da natureza, deve concluir que a condição humana tornou-o imune à ação dos instintos.
- II. A multiplicação e a sofisticação dos códigos e regulamentações que regem nossa vida vêm tendo como efeito a expansão da impunidade.
- III. O sentido social de uma norma já instituída é reforçado quando se pune exemplarmente o indivíduo que a violentou.

Em relação ao que diz o texto, ou ao que dele pode-se depreender, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:

- (A) *discriminação objetiva* (1º parágrafo) = especificação tendenciosa.
- (B) *implica o estado de barbárie* (1º parágrafo) = provém de uma constituição anômala.
- (C) *toma para si a tarefa de orientar* (2º parágrafo) = investe-se da missão de nortear.
- (D) *instituem-se as sanções* (2º parágrafo) = prescrevem-se as prerrogativas.
- (E) *seguidos de punição exemplar* (3º parágrafo) = advindos de exemplificações punitivas.

5. A concordância verbal estabelece-se plena e adequadamente em:

- (A) Para que o cumprimento de todos os princípios fundamentais seja garantido, devem especificar-se as sanções.

- (B) No caso de que se infrinja as normas e os princípios, não se lança mão das sanções correspondentes.
- (C) Constituem um dos exemplos de delitos vantajosos o caso em que o detentor de um poder abuse de sua autoridade.
- (D) Não houvesse sido criadas quaisquer regras de convívio, estaríamos todos vivendo sob o comando de nossos instintos mais primitivos.
- (E) O que nos mandamentos de Moisés se impõem como um dos princípios fundamentais é a necessidade de reconhecimento dos nossos limites.

6. Está bem observada a correlação entre os tempos e modos verbais na construção do período:

- (A) Se não variassem de cultura para cultura, as regras de convívio terão alcançado, efetivamente, a chamada validade universal.
- (B) Tendo cabido ao *homo sapiens* discriminar critérios de convívio, conseguiu ele criar uma organização social que, até hoje, não abdica de punir quem os desrespeite.
- (C) A relação de equilíbrio entre direitos e deveres comuns estava sendo prejudicada caso se viesse a permitir a existência de privilégios.
- (D) Para que não se consagrasse o péssimo exemplo da impunidade, faz-se necessária a sanção dos que vierem a cometer delitos.
- (E) Enquanto os animais continuam regulando-se pela “lei da selva”, os homens estariam sempre se esforçando para tê-la superado.

7. Expressa uma finalidade a oração subordinada adverbial sublinhada em:

- (A) (...) a religião toma para si a tarefa de orientar a conduta humana.
- (B) (...) o sujeito pode tirar proveito pessoal de uma regra por tê-la infringido.
- (C) (...) o ponto de partida para a boa conduta é o reconhecimento daquilo que não pode ser permitido.
- (D) (...) as regras de convívio existem para dar base e estabilidade às relações entre os homens.
- (E) (...) o ideal da civilização é permitir que todos os indivíduos vivam sob os mesmos princípios éticos acordados.

8. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o sentido do elemento sublinhado em

- (A) (...) *mas o **homo sapiens** afirmou-se como tal* (1º parágrafo) é equivalente ao de **do mesmo modo**.
- (B) *Não decorrem, aliás, apenas de iniciativas reconhecidas simplesmente como humanas* (2º parágrafo) é equivalente ao de **por conseguinte**.
- (C) (...) *a impunidade, uma vez manifesta, quebra inteiramente a relação de equilíbrio* (3º parágrafo) é equivalente ao de **quando**.
- (D) (...) *um exemplo de delito vantajoso: aquele em que o sujeito pode tirar proveito pessoal* (3º parágrafo) é equivalente ao de **aonde**.
- (E) (...) *a quebra desse acordo é a negação mesma desse ideal da humanidade* (3º parágrafo) é equivalente ao de **idêntica**.

9. Transpondo-se para a voz passiva a construção O homo sapiens estabeleceu critérios de controle dos impulsos primitivos, a forma verbal resultante será

- (A) foi estabelecido.
- (B) são estabelecidos.
- (C) tem estabelecido.
- (D) têm sido estabelecidos.
- (E) foram estabelecidos.

10. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Nunca (**haver**) de prosperar as sociedades cujos princípios sejam frágeis.
- (B) (**caber**) aos animais viver segundo os impulsos de seus instintos primários.
- (C) -se (**estipular**) na lei mosaica, como se sabe, princípios de interdição.
- (D) Pela lei mosaica, (**cuidar**) os homens de observar rígidos ditames.
- (E) A nenhum de nós (**deixar**) de afetar os rigores das sanções previstas.

11. Não decorrem, aliás, apenas de iniciativas reconhecidas simplesmente como humanas (...).

O elemento sublinhado na frase acima poderá permanecer o mesmo, caso substituamos *Não decorrem* por

- (A) Não advêm.
- (B) Não implicam.
- (C) Não têm origem.
- (D) Não se devem.
- (E) Não se atribuem.

12. O termo sublinhado constitui o sujeito da seguinte construção:

- (A) Não se encontrou uma forma definitiva de organização social.
- (B) É nessa condição que vivem os animais.
- (C) Tais delitos acabam tornando-se estímulos para a banalização das transgressões.
- (D) Ocorre isso por conta das reiteradas situações de impunidade.
- (E) Deve-se reconhecer na interdição um princípio da lei mosaica.

13. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:

- (A) Não constitui uma primasia dos animais a satisfação dos impulsos instintivos: também o homem regozijase em atender a muitos deles.
- (B) As situações de impunidade infligem sérios danos à organização das sociedades que tenham a pretensão da exemplaridade.
- (C) É difícil atingir uma relação de complementaridade entre a premência dos instintos naturais e a força da razão.
- (D) Se é impossível chegarmos à abstenção completa da satisfação dos instintos, devemos, ao menos, procurar constriuir seu poder sobre nós.
- (E) A dissuasão dos contraventores se faz pela exemplaridade das sanções, de modo que a cada delito corresponda uma justa punição.

14. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:

- (A) Embora sejamos tentados, freqüentemente, a qualificar como cruel ou maldoso o comportamento de certos animais, o fato é que, para eles, só há os instintos.

(B) Por mais que difiram entre si, as constituições, nenhuma delas deixa-se reger, por princípios que desfavoreçam, ou impeçam algum equilíbrio nas relações sociais.

(C) Via de regra o abuso de poder constitui um caso difícil de ser apurado, uma vez que, o próprio agente do delito, costuma exercer forte influência, na investigação dos fatos.

(D) É muito comum nas conversas mais informais, os indivíduos se referirem a casos públicos de impunidade, tomando-os como justificativas, de seus delitos pessoais.

(E) Não é fácil, submeter-se ao equilíbrio entre o direito e o dever, pois, a tendência é de um lado, valorizar o direito, e de outro minimizar o dever que lhe corresponde.

15. No caso das leis mosaicas, um desses princípios é o da interdição: “Não matarás”.

O pronome sublinhado na frase acima reaparece, conservando a mesma função sintática que nela exerce, nesta outra frase:

(A) Para se garantir o cumprimento de um princípio, institui-se uma sanção para quem o ignore.

(B) Quanto ao abuso de poder, só rigorosas diligências e isenta apuração o evitam.

(C) Dos desafios da nossa sociedade, talvez o maior seja o de não se permitir a impunidade.

(D) O *homo sapiens*, que tem o dom da racionalidade criativa, nem sempre o aproveita em seu benefício.

(E) Se o indivíduo responsável pela aplicação da justiça transgredir um princípio, que ninguém o acoberte.

16. Estão corretos o emprego e a flexão de todas as formas verbais na frase:

(A) Se os homens dessem ouvido à consciência e contessem seus instintos, as relações sociais seriam mais harmoniosas.

(B) Aos homens nunca aprouve respeitar os princípios coletivos quando não prescrita uma punição para quem viesse a menosprezá-los.

(C) Se os cidadãos elegerem princípios e convirem que estes são justos, só os infligirá quem se valer de má fé.

(D) No caso de evidente erro judiciário, deve-se ratificar a sanção aplicada para que a punição injusta não constitua um argumento a favor da impunidade.

(E) Quando todos revirmos o papel social que nos cabe e nos dispormos a exercê-lo de fato, nenhum caso de impunidade será tolerado.

17. Não é preciso amar os princípios de convivência, como também não se deve ignorar esses princípios, pois quem não dá fé a esses princípios impede que os contraventores levem a sério esses princípios.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,

(A) ignorá-los – lhes dá fé – os levem a sério

(B) ignorar-lhes – dá-lhes fé – levem-lhes a sério

(C) lhes ignorar – lhes dá fé – os levem a sério

(D) ignorá-los – dar fé a eles – levem-lhes a sério

(E) os ignorar – os dá fé – levem-nos a sério

18. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:

(A) Conquanto seja impossível a adesão de todos em que se cumpra os princípios de convívio social, ainda assim há aqueles que relutam em aceitar tais esforços.

(B) À medida em que desceu Moisés com os mandamentos do monte Sinai, seus seguidores deram-se conta de que alguns deles paltavam-se pelo princípio da interdição.

(C) Para que se mantenha um mínimo equilíbrio nas relações sociais, desde que não se pode permitir casos de impunidade, onde os infratores ainda pousam de vitoriosos.

(D) Não é mau auferir benefícios pessoais quando estes não acarretam, de forma alguma, qualquer tipo de prejuízo ou restrição ao pleno exercício dos direitos alheios.

(E) Embora nem sempre seja de fácil aceitação, nem sempre as sanções deixam de ser necessárias, já que sem as mesmas correria-se o risco de se voltar ao estado da barbárie.

19. NÃO se justificam as ocorrências do sinal de crase em:

(A) Não me reporto à impunidade de um caso particular, mas àquela que se generaliza e dissemina a descrença na justiça dos homens.

(B) É difícil admitir que vivem à solta tantos delinqüentes, sobretudo quando se sabe que pessoas inocentes são levadas à barra dos tribunais.

(C) O autor do texto faz menção à uma série de princípios de interdição, à qual teria proveniência na vontade divina.

(D) Assiste-se hoje à multiplicação de casos de impunidade, à descabida proliferação de maus exemplos de conduta social.

(E) Quem dá crédito à ação da justiça não pode deixar de trabalhar para que não se furtem às sanções os mais poderosos.

20. Está correto o uso do segmento sublinhado na frase:

(A) Trata-se de um texto em cuja tese poucos devem mostrar-se contrários.

(B) A natureza também tem seus princípios de violência, a cujos os homens precisam superar.

(C) Nos ditames da lei mosaica, cujo o rigor é indiscutível, prevalece o princípio da interdição.

(D) As normas da ética, de cujas ninguém devia se afastar, não são exatamente as mesmas ao longo do tempo.

(E) Os braços da justiça, a cujo alcance deveriam estar todos, tornam-se inócuos quando desprestigiados.

Gabarito das questões de língua portuguesa publicadas na edição 1611

GABARITO

1- B

2- D

3- E

4- C

5- A

6- B

- 7- D
- 8- C
- 9- E
- 10- B
- 11- A
- 12- D
- 13- E
- 14- A
- 15- C
- 16- B
- 17- A
- 18- D
- 19- C
- 20- E